



NORTE2020

PROGRAMA OPERACIONAL REGIONAL DO NORTE

MAPEAMENTO DOS INVESTIMENTOS EM INFRAESTRUTURAS DA EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR E DOS ENSINOS BÁSICO E SECUNDÁRIO

SETEMBRO DE 2015

Documento elaborado com a participação da DGEstE – Ministério da Educação e Ciência, da Área Metropolitana do Porto e das Comunidades Intermunicipais da Região do Norte, de acordo com a deliberação relativa às “Intervenções condicionadas a Mapeamento” da CIC Portugal 2020, de 26 de março de 2015

≤
mm
#4

Índice

1. Introdução.....	5
2. Investimentos em períodos de programação anteriores e a rede escolar atual.....	8
2.1. Investimentos apoiados na Região do Norte no âmbito do QREN (2007-2013)	8
2.1.1. Investimentos apoiados no ON.2	8
2.1.1.1. Investimentos em equipamentos da educação pré-escolar e do 1º CEB (“Centros Escolares”) apoiados no ON.2.....	10
2.1.1.2. Investimentos em equipamentos do 2º e do 3º CEB apoiados no ON.2	12
2.1.2. Investimentos apoiados no Programa Operacional de Valorização do Território	14
2.2. A rede escolar.....	16
3. A evolução demográfica e a rede escolar	17
3.1. População em idade escolar	17
3.2. Previsão da evolução do número de alunos nos próximos anos	18
3.3. Evolução recente da natalidade (nados-vivos)	19
4. Políticas de ensino e rede escolar	19
5. Critérios e prioridades de intervenção do PO.....	20
6. Objetivos a concretizar.....	21

≤
my
th

Índice de Figuras

Figura 1 - ON.2 - Distribuição concelhia dos investimentos em equipamentos educativos. Informação a 15 de setembro de 2015	10
Figura 2 - ON.2. Número, capacidade e custo total das intervenções em infraestruturas da EPE e do 1º CEB, por CIM. Informação a 15 de setembro de 2015	11
Figura 3 - ON.2. Custo médio por aluno das infraestruturas da EPE e do 1º CEB intervencionadas, por CIM. Informação a 15 de setembro de 2015	11
Figura 4 - ON.2. Investimento nas infraestruturas da EPE e do 1º CEB intervencionadas <i>per capita</i> relativo à população residente de 3-9 anos, por CIM. Informação a 15 de setembro de 2015.....	12
Figura 5 - ON.2. Número, capacidade e custo total das intervenções em infraestruturas do 2º e do 3º CEB, por CIM. Informação a 15 de setembro de 2015	12
Figura 6 - ON.2. Custo médio por aluno das infraestruturas do 2º e do 3º CEB intervencionadas, por CIM. Informação a 15 de setembro de 2015	13
Figura 7 - ON.2. Investimento nas infraestruturas do 2º e do 3º CEB intervencionadas <i>per capita</i> relativo à população residente de 10-14 anos, por CIM. Informação a 15 de setembro de 2015.....	13
Figura 8 - POVT. Número, capacidade e custo elegível das intervenções em escolas secundárias, por CIM. Informação a 31 de dezembro de 2013	14
Figura 9 - POVT. Custo médio por aluno das infraestruturas do ensino secundário intervencionadas, por CIM. Informação a 31 de dezembro de 2013	15
Figura 10 - POVT. Investimento nas infraestruturas do ensino secundário intervencionadas <i>per capita</i> relativo à população residente de 12-17 anos, por CIM. Informação a 31 de dezembro de 2013.....	15
Figura 11 - “Índice de renovação juvenil” por concelho da RN. $IRJ = [(P(0,4)/P(10,14))] * 100$	18

≤
mm
TH

Índice de Quadros

Quadro 1- ON.2 - Equipamentos educativos financiados, por CIM	9
Quadro 2 - POVT. Investimentos em escolas secundárias na RN, por CIM	14
Quadro 3 – Estabelecimentos da rede pública do MEC (2015)	16
Quadro 4 - População residente por grupo etário	17
Quadro 5 - Nados-vivos por local de residência da mãe, por CIM.....	19
Quadro 6 – Número de escolas e FEDER por CIM/AMP	22

1. Introdução

O progresso verificado nas últimas décadas nos indicadores de escolarização da população mais jovem, especialmente notável na Região do Norte, foi acompanhado pelo crescimento rápido do número de infraestruturas escolares e pela densificação da rede escolar dos 2º e 3º ciclos do ensino básico e do ensino secundário, bem como pela concentração da rede do 1º ciclo do ensino básico.

Além do investimento realizado em infraestruturas educativas nas últimas décadas, verifica-se uma diminuição das entradas no sistema escolar por via da quebra da natalidade e uma melhoria da eficiência do desempenho das escolas, com a redução das repetências a proporcionar a aceleração dos fluxos escolares.

Assim, a rede escolar na Região do Norte já não tem um problema de capacidade do ponto de vista quantitativo, salvo casos pontuais, mas permanecem situações graves de falta de qualidade e mesmo de degradação avançada de infraestruturas e de equipamentos, seja entre os estabelecimentos que não beneficiaram de intervenção nas últimas décadas, seja entre os que foram construídos ao abrigo de “programas de emergência”, quando a falta de instalações escolares para acolher o aumento rápido da frequência obrigou a recorrer a soluções provisórias.

Nesse sentido, o Programa Operacional (PO) da Região do Norte 2014-2020 inclui uma linha de financiamento de equipamentos escolares, considerando que assim se contribuirá para “se atingir os valores-alvo nacionais respeitantes às taxas de abandono escolar (10%) e de conclusão do ensino superior (40%), em 2020” e para “a elevação da qualidade e do nível de cobertura da rede de infraestruturas de educação, de ensino e de formação. Estas ações estão alinhadas com os objetivos de promoção do acesso e de incremento do sucesso escolar e com a melhoria geral das condições de ensino e de aprendizagem, com a prevenção do abandono e com a diversificação da oferta educativa e formativa.”

Na sequência da reunião do Conselho Regional de 9 de abril de 2014, em sede de debate sobre o próximo período de programação, a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDRN) solicitou às comunidades intermunicipais (CIM) e à Área Metropolitana do Porto (AMP) um levantamento dos equipamentos escolares a incluir nas prioridades do PO da Região do Norte 2014-2020.

Handwritten signature and initials in the top right corner.

As propostas apresentadas pelas CIM e pela AMP foram organizadas pela CCDRN, de acordo com a distribuição pelo espaço da Região e pelos níveis de educação e de ensino, e cotejadas com as propostas do Ministério da Educação e Ciência (MEC) que haviam sido remetidas à CCDRN pela Agência para o Desenvolvimento e Coesão em 7 de fevereiro de 2014. Toda esta documentação foi enviada à Direção de Serviços da Região do Norte (DSRN) da Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares (DGEstE) e serviu de base para a proposta de prioridades apresentada pela DGEstE em 30 de junho. Em outubro de 2014, o MEC remeteu, via ADC, uma lista de intervenções prioritárias. Estes diversos contributos constituíram a base de trabalho que esteve em debate nos meses seguintes.

A 2 de março de 2015, a Portaria n.º 60-C/2015 adotou o regulamento específico do domínio Capital Humano, que inclui, na parte III, o “Regime de acesso aos apoios concedidos no âmbito do financiamento Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER).”

No dia 26 do mesmo mês, a CIC Portugal 2020 aprovou uma deliberação relativa às “Intervenções condicionadas a Mapeamento”, onde se definiu a metodologia a seguir nos exercícios de mapeamento, identificando as responsabilidades das CIM e das Áreas Metropolitanas, dos serviços desconcentradas setoriais e das CCDR, bem como a articulação destes exercícios com a preparação dos Pactos para o Desenvolvimento e Coesão Territorial (PDCT).

Na sequência da deliberação da CIC Portugal 2020, o Conselho Regional da CCDR-N, em reunião realizada no dia 14 de abril de 2015, em Viana do Castelo, promoveu um debate sobre o exercício de mapeamento das infraestruturas escolares, tendo por base a primeira versão do presente documento.

Em 18 de maio de 2015, em reunião realizada em Vinhais, a Comissão Permanente do Conselho Regional apreciou uma proposta de mapeamento que resultou da consolidação das propostas anteriores. Apresentada pela presidência da CCDRN, a proposta havia sido validada pelos responsáveis da DGEstE.

Estas duas reuniões, de 14 de abril e 18 de maio de 2015, permitiram consensualizar com as CIM e a AMP as infraestruturas escolares que deviam ser, obrigatoriamente, incluídas no exercício de mapeamento. Estabeleceu-se também que a estes equipamentos da rede da

≤
mm
th

Região do Norte deviam ser acrescentados outros, no contexto do exercício de contratualização dos Investimento Territoriais Integrados (ITI) das CIM e AMP.

A componente de diagnóstico e formulação de estratégia de desenvolvimento dos ITI materializou-se nas Estratégias Integradas de Desenvolvimento Territorial (EIDT), na sequência do Convite para apresentação de candidaturas nº 1/2014, de 12-11-2014, modificado em 24-12-2014, para Reconhecimento de Estratégias Integradas de Desenvolvimento Territorial. A esta componente de formulação estratégica de políticas públicas sucedeu o exercício de programação, concretizado no Pactos para o Desenvolvimento e Coesão Territorial (PDCT), na sequência do Convite para apresentação de candidaturas nº 3/2015, de 17-03-2015, modificado em 21-04-2015, para os Pactos para o Desenvolvimento e Coesão Territorial.

Os PDCT passaram a incluir não só as infraestruturas escolares consensualizadas no Conselho Regional, bem como aquelas que resultaram dos exercícios de planeamento à escala sub-regional (NUTS III). Estes exercícios foram acompanhados pela DGEstE, permitindo a validação das propostas de investimento apresentadas pelas CIM e AMP. Esta metodologia permitiu assegurar, simultaneamente, o cumprimento do estabelecido na deliberação da CIC Portugal 2020 e a realização dos PDCT.

Este documento procura reproduzir a síntese deste exercício em duas fases, que se concluiu com os PDCT. Inicia-se com a análise da rede escolar e dos investimentos em infraestruturas escolares realizados na Região do Norte no período de programação 2014-2020. Segue-se o exercício de identificação dos principais constrangimentos da rede escolar face à evolução demográfica previsível da Região do Norte. A política educativa tem procurado dar resposta a estes constrangimentos, como se explicita no capítulo 4. No capítulo 5, descrevem-se os critérios e prioridades de intervenção do PO, tendo em consideração as (des)continuidades dessa política educativa¹. Conclui-se este documento com a identificação dos objetivos quantificados a concretizar com uma ventilação da informação ao nível das regiões NUTS III.

¹ Os critérios de seleção das operações previstas na Prioridade de Investimento 10.5 "Investimento no ensino, na formação, na formação profissional para a aquisição de competências e a aprendizagem ao longo da vida através do desenvolvimento das infraestruturas educativas e formativa", foram, entretanto, aprovados, a 26 de maio de 2015, em reunião do Comité de Acompanhamento do Programa Operacional Regional do Norte 2014/2020 (Norte 2020).

≤
mm
TL

2. Investimentos em períodos de programação anteriores e a rede escolar atual

2.1. Investimentos apoiados na Região do Norte no âmbito do QREN (2007-2013)

Até 2007, os cofinanciamentos comunitários foram dirigidos predominantemente para os níveis de educação em que se verificava insuficiência na resposta ao aumento rápido da procura, em especial no 2º e 3º CEB e nos ensinos secundário e superior, sem prejuízo da consideração de apoios à criação de jardins de infância e a intervenções no 1º CEB.

Assim, no âmbito do ON 2000-2006, as infraestruturas para a educação e formação representaram 178 M€ de despesa elegível, com a seguinte distribuição: 51 novas escolas básicas e secundárias (50 M€), equipamentos desportivos (32 M€) e laboratórios (26 M€) das escolas básicas e secundárias e ainda equipamentos do ensino secundário e profissional (19 M€). Já para 357 novas salas da educação pré-escolar foram mobilizados 27 M€ e para 284 novas salas em centros escolares foram 24 M€.

No período de programação 2007-2013, apesar de terem sido financiadas operações nas escolas do 2º e do 3º CEB e de estes ciclos poderem beneficiar de investimentos realizados noutras tipologias de estabelecimento, os investimentos concentraram-se na educação pré-escolar e no 1º CEB, no âmbito do ON.2, e nas escolas secundárias, no âmbito do POVT.

2.1.1. Investimentos apoiados no ON.2

Até 15 de setembro de 2015, foram aprovadas no programa regional 366 intervenções na rede da EPE e do 1º CEB, com um custo total de 702 M€, e 26 intervenções nas escolas do 2º e do 3º CEB, com um custo total de 125 M€. No conjunto, o ON.2 financiou 392 intervenções em escolas com capacidade para 119 mil alunos, com um custo total de 826 M€ (cf. Quadro 1).

5,
my
the

Quadro 1- ON.2 - Equipamentos educativos financiados, por CIM

CIM/AMP	Intervenções		Nº Alunos (após req.)	Custo Total (Meuros)
	Nível Ensino	N.º		
AMP	EPE e EB1	144	39.409	280,92
	Outros	11	11.635	59,39
	Total	155	51.044	340,31
Alto Minho	EPE e EB1	29	6.749	58,14
	Outros	1	780	1,04
	Total	30	7.529	59,19
Alto Tâmega	EPE e EB1	7	2.331	15,77
	Outros			0,00
	Total	7	2.331	15,77
Ave	EPE e EB1	34	9.390	76,75
	Outros	3	2.816	17,87
	Total	37	12.206	94,62
Tâmega e Sousa	EPE e EB1	80	19.342	134,90
	Outros	3	2.622	19,48
	Total	83	21.964	154,38
Cávado	EPE e EB1	36	8.076	48,63
	Outros	4	3.412	17,17
	Total	40	11.488	65,80
Douro	EPE e EB1	30	9.383	76,77
	Outros	3	1.503	9,56
	Total	33	10.886	86,33
Terras de Trás-os-Montes	EPE e EB1	6	1.463	9,74
	Outros	1	334	0,83
	Total	7	1.797	10,57
Total	EPE e EB1	366	96.143	701,64
	Outros	26	23.102	125,34
	Total	392	119.245	826,97

Fonte: Autoridade de Gestão do ON.2. Informação a 15 de setembro de 2015

A AMP beneficiou de 41% do investimento para um total de 155 intervenções, seguida da CIM Tâmega e Sousa, com 18,7% para um total de 83 intervenções, enquanto as CIM das Terras de Trás-os-Montes, com 1,3% e 7 intervenções, e a CIM Alto Tâmega, com 1,9% e 7 intervenções, são as CIM que apresentam um investimento total mais reduzido.

≤
mm
tbl

O mapa seguinte ilustra a localização dos investimentos em infraestruturas escolares apoiados no ON.2, notando-se uma maior incidência nos concelhos da AMP (em especial em Paredes, Matosinhos e Gondomar) e do Sousa (com destaque para Paços de Ferreira); em contraponto, há sete municípios sem qualquer operação aprovada: Castelo de Paiva, Boticas, Vinhais, Mirandela, Vila Flor, Alfândega da Fé e Miranda do Douro (cf. Figura 1).



Figura 1 - ON.2 - Distribuição concelhia dos investimentos em equipamentos educativos. Informação a 15 de setembro de 2015

2.1.1.1. Investimentos em equipamentos da educação pré-escolar e do 1º CEB ("Centros Escolares") apoiados no ON.2

Os investimentos beneficiaram estabelecimentos com capacidade para 96.143 crianças e alunos e tiveram mais incidência na AMP e na CIM Tâmega e Sousa e menor expressão nas CIM Alto Tâmega e Terras de Trás-os-Montes (cf. Quadro 1 e Figura 2).

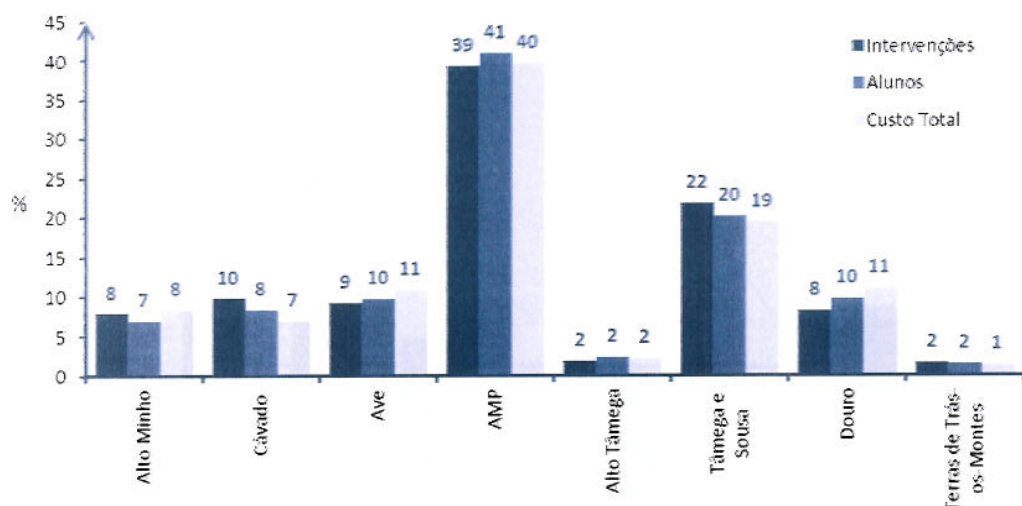


Figura 2 - ON.2. Número, capacidade e custo total das intervenções em infraestruturas da EPE e do 1º CEB, por CIM. Informação a 15 de setembro de 2015

Por outro lado, apesar das diferenças apresentadas, o investimento médio por aluno nos diferentes espaços não se afasta significativamente da média regional (cf. Figura 3).

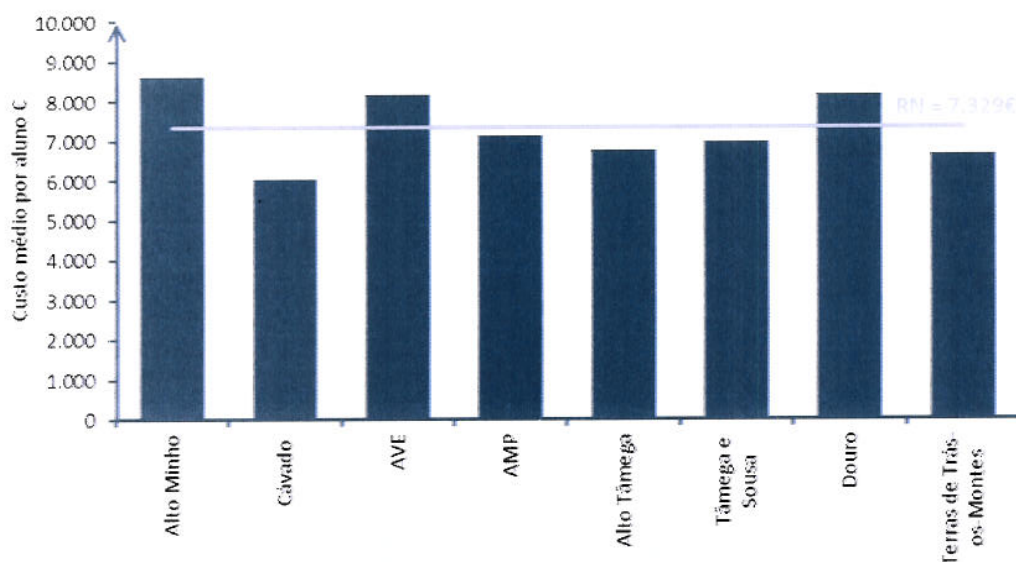


Figura 3 - ON.2. Custo médio por aluno das infraestruturas da EPE e do 1º CEB intervencionadas, por CIM. Informação a 15 de setembro de 2015

Atendendo à população residente nos diferentes espaços sub-regionais em idade de frequentar a EPE e o 1º CEB (3-9 anos), encontramos três CIM com um nível de investimento claramente superior ao peso dessa população - as CIM Douro, Tâmega e Sousa e Alto Minho,

enquanto as CIM Cávado e Terras de Trás-os-Montes são as que ficam mais aquém do investimento médio na Região (cf. Figura 4).

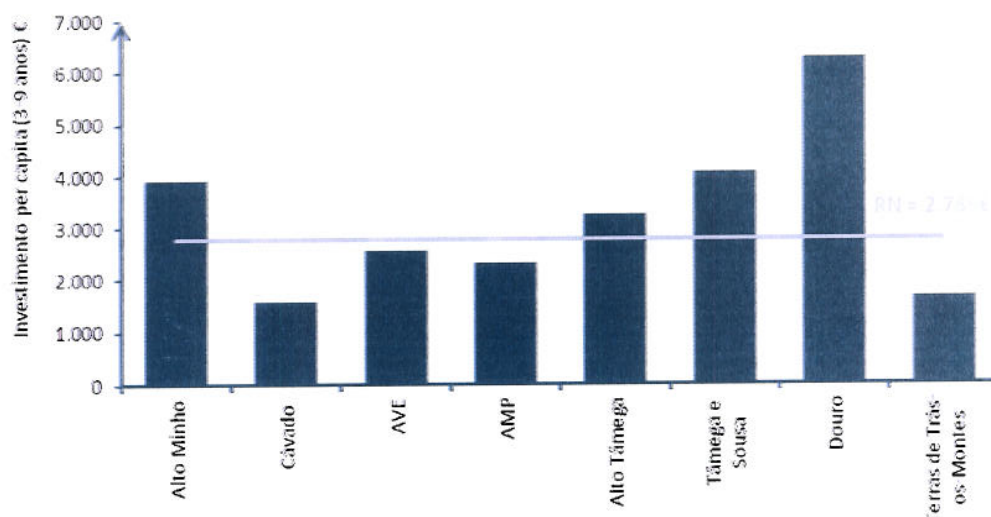


Figura 4 - ON.2. Investimento nas infraestruturas da EPE e do 1º CEB intervencionadas *per capita* relativo à população residente de 3-9 anos, por CIM. Informação a 15 de setembro de 2015

2.1.1.2. Investimentos em equipamentos do 2º e do 3º CEB apoiados no ON.2

As 26 operações aprovadas no ON.2 respeitaram a estabelecimentos com capacidade para 23.102 alunos e incidiram particularmente na AMP (cf. Quadro 1 e Figura 5).

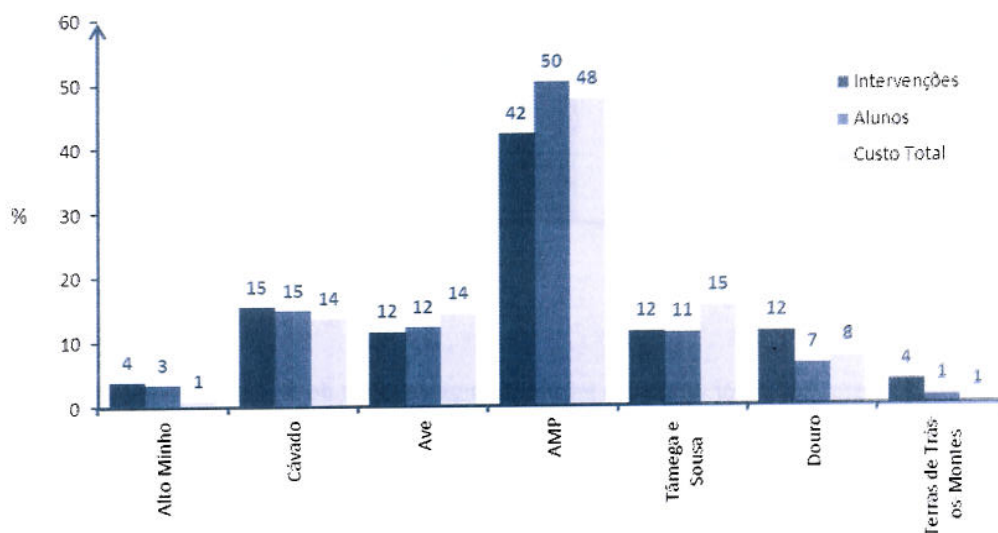


Figura 5 - ON.2. Número, capacidade e custo total das intervenções em infraestruturas do 2º e do 3º CEB, por CIM. Informação a 15 de setembro de 2015

Handwritten signature and initials in the top right corner.

O custo médio por aluno é claramente mais baixo nas CIM Alto Minho e Terras de Trás-os-Montes (cf. Figura 6). Considerando a população residente em idade de frequentar o 2º e o 3º CEB (10-14 anos), o investimento esteve claramente superior ao peso equivalente na CIM Douro e muito abaixo nas CIM Terras de Trás-os-Montes e Alto Minho (cf. figura 7).

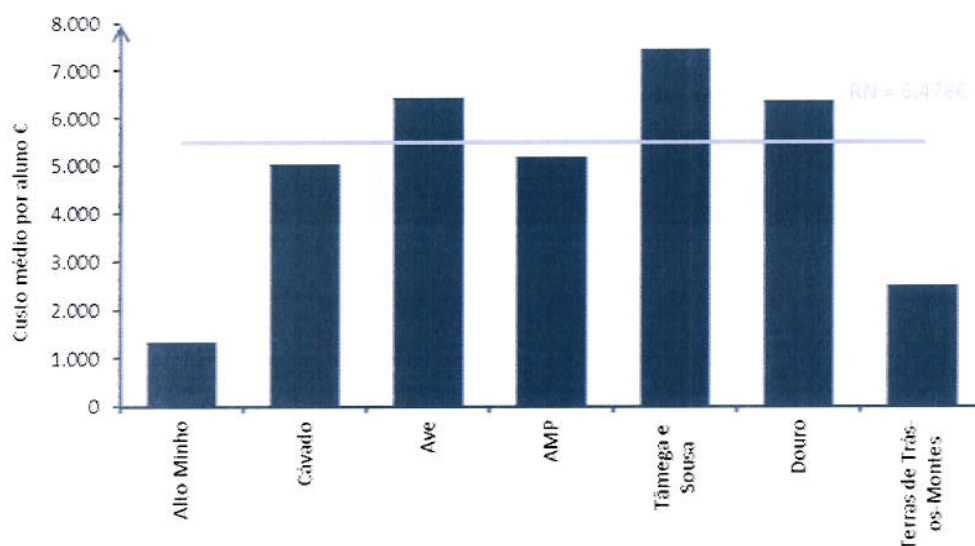


Figura 6 - ON.2. Custo médio por aluno das infraestruturas do 2º e do 3º CEB intervencionadas, por CIM. Informação a 15 de setembro de 2015

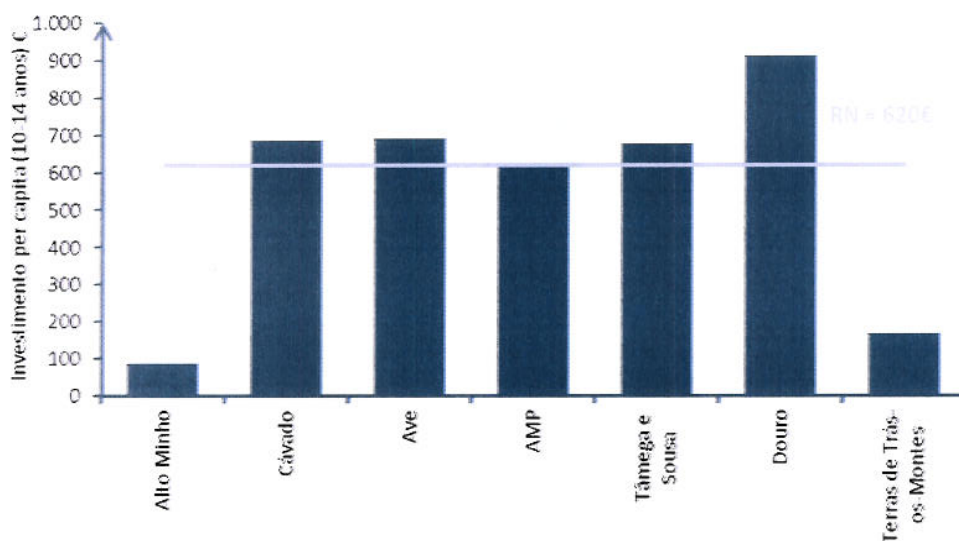


Figura 7 - ON.2. Investimento nas infraestruturas do 2º e do 3º CEB intervencionadas *per capita* relativo à população residente de 10-14 anos, por CIM. Informação a 15 de setembro de 2015

Handwritten signature and initials in blue ink.

2.1.2. Investimentos apoiados no Programa Operacional de Valorização do Território

O Programa Operacional de Valorização do Território (POVT) apoiou 63 operações em escolas secundárias na Região do Norte, abrangendo 88.795 alunos e implicando uma despesa elegível de 639 M€ (cf. Quadro 2). A AMP concentrou mais de metade das operações, dos alunos abrangidos e do investimento elegível (cf. Figura 8).

Quadro 2 - POVT. Investimentos em escolas secundárias na RN, por CIM

CIM/AMP	N.º de intervenções	N.º Alunos	Despesa elegível	
			Montante (M€)	%
Alto Minho	3	4 080	36,22	6%
Cávado	7	10 200	64,35	10%
Ave	5	7 110	58,11	9%
AMP	34	48 580	337,96	53%
Alto Tâmega	1	960	10,52	2%
Tâmega e Sousa	10	14 655	104,55	16%
Douro	1	1 335	9,30	1%
Terras de Trás-os-Montes	2	1 875	18,31	3%
Total Geral	63	88 795	639,32	100%

Fonte: Relatório anual de execução do POVT de 2013

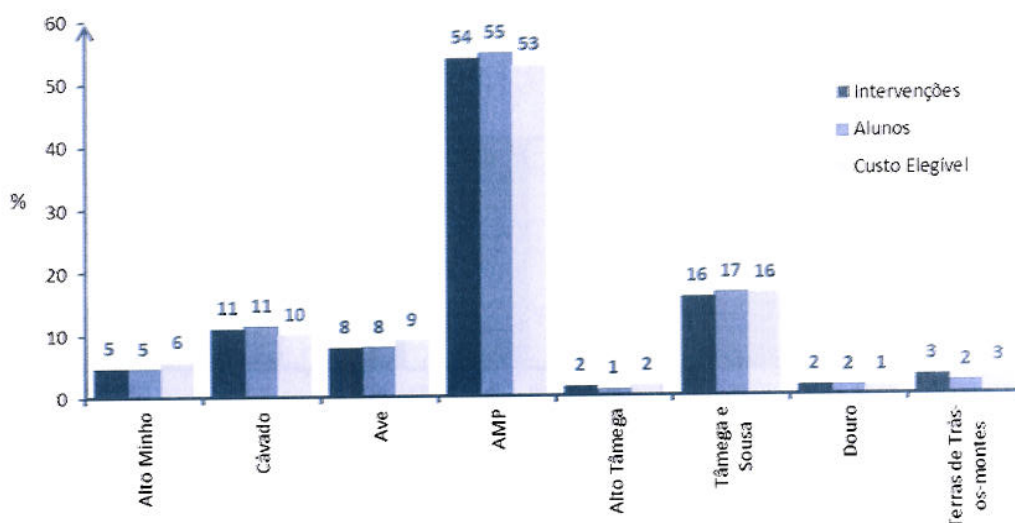


Figura 8 - POVT. Número, capacidade e custo elegível das intervenções em escolas secundárias, por CIM. Informação a 31 de dezembro de 2013

11
my
the

A despesa elegível por aluno é superior à média regional nas CIM Tâmega e Sousa, Terras de Trás-os-Montes e Alto Minho (cf. Figura 9). Na distribuição sub-regional da despesa elegível segundo a população em idade de frequentar o 3º CEB e o ensino secundário (12-17 anos), a AMP e as CIM Tâmega e Sousa e Terras de Trás-os-Montes estão acima da média regional, enquanto a CIM Douro se destaca por se situar bastante aquém (cf. Figura 10).

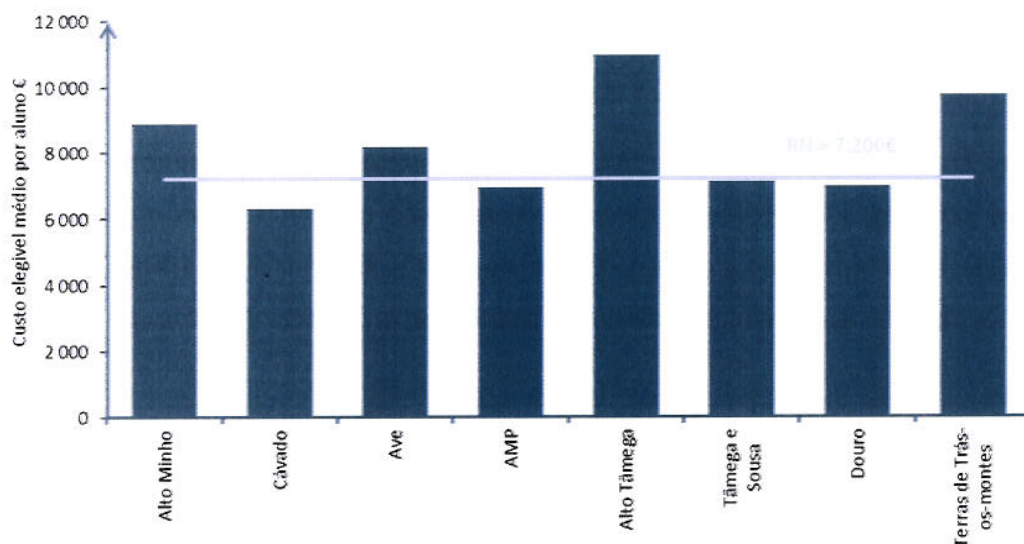


Figura 9 - POVT. Custo médio por aluno das infraestruturas do ensino secundário intervencionadas, por CIM. Informação a 31 de dezembro de 2013

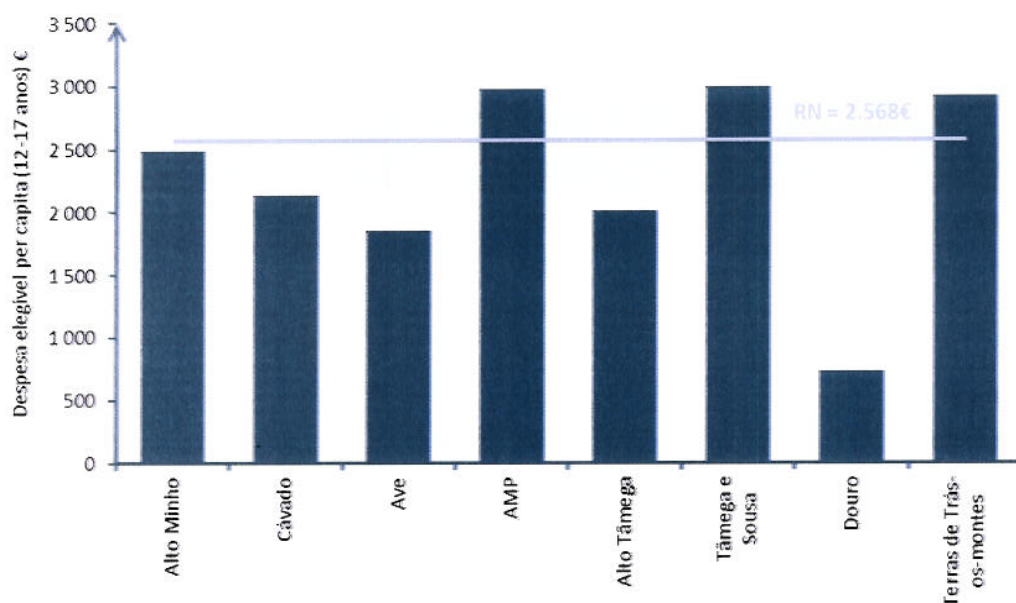


Figura 10 - POVT. Investimento nas infraestruturas do ensino secundário intervencionadas *per capita* relativo à população residente de 12-17 anos, por CIM. Informação a 31 de dezembro de 2013

Handwritten signature and initials in the top right corner.

2.2. A rede escolar

À entrada do século XXI, a rede de equipamentos do primeiro ciclo do ensino básico requeria uma profunda renovação, de modo a (i) responder às mudanças demográficas, sociais e culturais ocorridas nas últimas décadas, (ii) beneficiar das possibilidades criadas por novas escalas de interação e de comunicação e pela melhoria das acessibilidades nos diversos espaços da região e (iii) acompanhar as mudanças nas políticas educativas que envolviam toda a educação básica e não só o primeiro ciclo.

As intervenções na rede da EPE e do 1º CEB destinaram-se sobretudo à construção de novos centros escolares que permitiram reduzir a sobrelotação em certas zonas urbanas mais populosas, acabar com o funcionamento em regime duplo e, de forma muito intensa, limitar a dispersão da rede. Nesse sentido, foram encerradas na região centenas de escolas do primeiro ciclo.

O aumento da oferta de equipamentos nos 2º e 3º ciclos do ensino básico e no ensino secundário e a redução do número de escolas do primeiro ciclo proporcionaram uma rede escolar mais equilibrada e, em geral, adequada às necessidades do ponto de vista quantitativo.

Em 2015, a rede escolar pública da tutela do Ministério da Educação na Região do Norte apresentava a distribuição constante do quadro 3, de acordo com os níveis de educação.

Quadro 3 – Estabelecimentos da rede pública do MEC (2015)

CIM/AMP	Educação pré-escolar	Ensino Básico	Ensino básico e secundário	Ensino secundário, EP e EA	TOTAL
Alto Minho	18	94	12	6	130
Cávado	66	204	5	12	287
Ave	43	197	6	10	256
AMP	122	624	31	40	817
Alto Tâmega	19	31	5	3	58
Tâmega e Sousa	71	232	9	14	326
Douro	37	66	13	9	125
Terras de Trás-os-Montes	32	53	7	5	97
TOTAL	408	1501	88	99	2096

Fonte: MEC – DGEEC.

3. A evolução demográfica e a rede escolar

O planeamento da rede escolar a médio prazo deve atender à evolução demográfica, considerando as tendências atuais em vertentes como a aceleração da queda da natalidade, a progressiva concentração da população nos centros urbanos e o aumento da emigração.

3.1. População em idade escolar

Considerando a informação apresentada pelo INE relativa à distribuição da população residente pelos grupos etários quinquenais, podemos concluir que a aceleração da quebra demográfica que atingiu em especial o primeiro ciclo do ensino básico (1º CEB) vai afetar progressivamente os níveis de ensino seguintes. De facto, na Região do Norte, enquanto entre o grupo etário de 20-24 anos e o de 10-14 anos há uma diferença de cerca de 10 000 residentes, a diferença entre o grupo etário de 10-14 anos e o de 0-4 anos é de cerca de 49 000 residentes (cf. Quadro 4).

Quadro 4 - População residente por grupo etário

NUTS/CIM	População residente (N.º) Grupo etário, 2013					
	Total	0 - 4 anos	5 - 9 anos	10 - 14 anos	15 - 19 anos	20 - 24 anos
Portugal	10 427 301	463 483	507 433	550 938	547 470	563 404
Continente	9 918 548	439 761	479 532	519 129	514 723	528 371
Norte	3 644 195	150 177	171 422	199 176	205 245	208 950
Alto Minho	240 134	8 674	10 115	11 735	12 173	12 975
Cávado	408 851	18 106	20 941	24 181	24 926	25 489
Ave	421 931	17 169	20 216	24 277	25 743	25 994
AMP	1 740 983	75 246	82 709	93 320	93 580	94 699
Alto Tâmega	91 264	2 565	3 202	3 986	4 439	4 777
Tâmega e Sousa	428 054	18 268	22 125	26 768	28 453	28 299
Douro	199 400	6 725	8 107	10 160	10 721	11 094
Terras de Trás-os-Montes	113 578	3 424	4 007	4 749	5 210	5 623

Fonte: INE, Estimativas Anuais da População Residente (31 de dezembro de 2013)

Para analisarmos estas alterações à escala concelhia, criou-se um “índice de renovação juvenil”, que estabelece a relação entre a população residente do grupo etário de 0-4 anos e a de 10-14 anos na mesma data. Só num concelho (Vimioso) o grupo de 0-4 anos apresenta um valor superior ao do grupo de 10-14 anos; com exceção de Bragança, os concelhos que mais

resistem à quebra situam-se na faixa litoral; na maior parte dos concelhos o grupo de 0-4 anos representa entre metade e três quartos do grupo de 10-14 anos (cf. Figura 11).

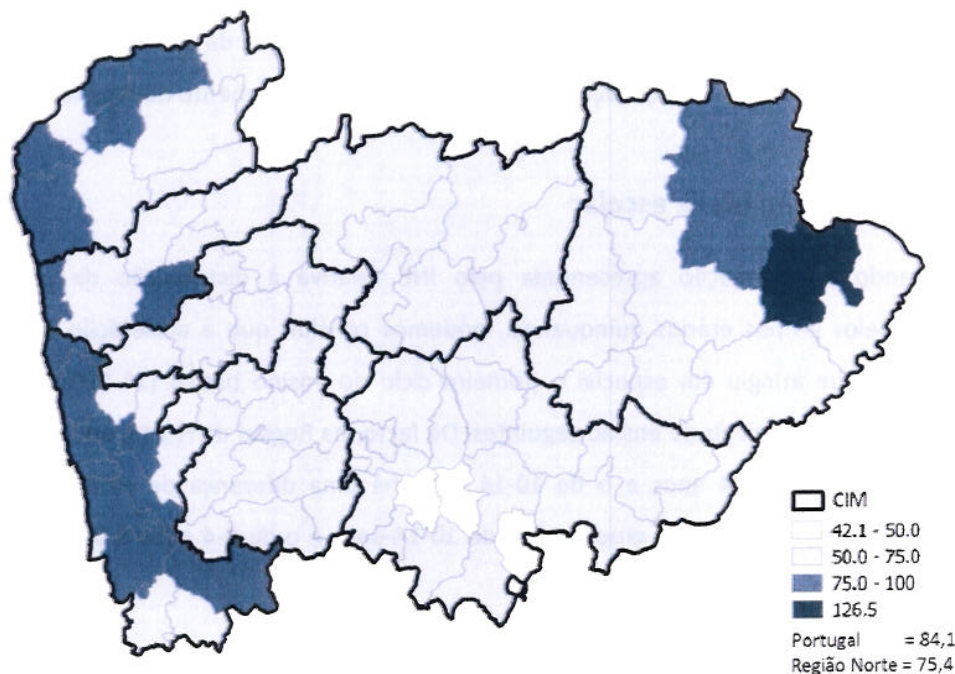


Figura 11 - “Índice de renovação juvenil” por concelho da RN. $IRJ = [(P(0,4)/P(10,14))] * 100$

Fonte: INE, Estimativas Anuais da População Residente (31 de dezembro de 2013)

3.2. Previsão da evolução do número de alunos nos próximos anos

Com base nos indicadores do INE e considerando os objetivos de escolarização universal até aos 12 anos de escolaridade ou 18 anos de idade, as previsões elaboradas pela Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (DGEEC) e referentes à Região do Norte (ensinos público e privado) indicam que entre 2012/13 e 2018/19 ocorrerá uma descida de cerca de 16% no 1º ciclo - de 149 mil para 125 mil alunos, de 17% no 2º ciclo - de 86 mil para 72 mil, de 10% no 3º ciclo - de 138 mil para 125 mil e um aumento de 1% no ensino secundário regular e artístico - de 75 para 76 mil - e de 5% noutras modalidades de educação e formação de nível secundário - de 59 para 62 mil (Fonte: DGEEC, *Modelo de previsão do número de alunos em Portugal por regiões – 2013-2019*).

←
my
HU

3.3. Evolução recente da natalidade (nados-vivos)

Importa ainda ter presente que a diminuição da população em idade escolar vai agravar-se nos próximos anos, com incidência quase imediata na educação pré-escolar (EPE) e no 1º CEB, visto que, nos últimos dois anos, a evolução do número de nados-vivos na Região do Norte regista uma quebra de 15,4%, de 31 525 nados-vivos em 2011 para 26 672 em 2013. A quebra é mais elevada na área das CIM Douro, Tâmega e Sousa, Cávado e Ave e menos severa na CIM Alto Tâmega, Terras de Trás-os-Montes e Alto Minho (cf. Quadro 5).

Quadro 5 - Nados-vivos por local de residência da mãe, por CIM

Local de residência da mãe	2011	2012	2013	Diferença (2013-2011) %
Portugal	96 856	89 841	82 787	-14,5
Continente	91 701	85 306	78 607	-14,3
Norte	31 525	28 719	26 672	-15,4
Alto Minho	1730	1727	1566	-9,5
Cávado	3812	3518	3134	-17,8
Ave	3667	3221	3030	-17,4
AMP	15830	14476	13537	-14,5
Alto Tâmega	525	487	485	-7,6
Tâmega e Sousa	3806	3386	3097	-18,6
Douro	1442	1234	1170	-18,9
Terras de Trás-os-Montes	713	670	653	-8,4

Fonte: INE, Nados-vivos por residência da mãe

4. Políticas de ensino e rede escolar

O investimento realizado em infraestruturas educativas nas últimas décadas e uma diminuição progressiva das entradas no sistema escolar por via da quebra da natalidade explicam por que a rede escolar na Região do Norte já não constitui um problema estrutural do ponto de vista quantitativo, sem prejuízo da existência de casos pontuais.

Já o mesmo não se pode afirmar do ponto de vista qualitativo, visto que permanecem situações graves de falta de qualidade e mesmo de degradação avançada de infraestruturas e de equipamentos, seja entre os estabelecimentos que não beneficiaram de intervenção nas últimas décadas, seja entre os que foram construídos ao abrigo de “programas de emergência”, quando a falta de instalações escolares para acolher o aumento rápido da

≤
my
#u

frequência obrigou a recorrer a soluções provisórias, não reunindo hoje as condições necessárias para responderem às exigências de uma educação de qualidade e em segurança.

Quando, em 2012, começou a ser concretizado o alargamento da escolaridade obrigatória de 9 para 12 anos ou até aos 18 anos de idade, determinado em 2009, as escolas portuguesas já eram frequentadas pela quase totalidade da população residente entre os 6 e os 14 anos de idade e por cerca de 95% dos jovens de 15-17 anos, embora, dados os níveis de insucesso ainda elevados, nem sempre os alunos estivessem no nível de ensino correspondente à sua idade, como confirmam os valores da escolarização real nos ensinos básico e secundário. Assim, o alargamento da escolaridade obrigatória de 12 anos não implica um aumento do número de equipamentos, mas uma reconversão que permita a diversificação qualificada da oferta educativa de nível secundário, designadamente nas vertentes de formação tecnológica e profissional.

Por outro lado, as intervenções necessárias em matéria de reconstrução, conservação, reabilitação e modernização dos equipamentos de educação e formação contribuem para processos de reorganização da rede escolar, envolvendo a educação pré-escolar e os ensinos básico e secundário, e para o aumento de eficiência na gestão da administração educativa e das instituições escolares.

5. Critérios e prioridades de intervenção do PO

Para uma definição coerente de prioridades foram considerados os seguintes pressupostos:

- (i) as tendências demográficas, que apontam para uma descida progressiva da população em idade escolar nos próximos anos;
- (ii) os níveis de pré-escolarização e de escolarização já alcançados, dado que a Região do Norte apresentava, em 2011, um valor de 86,3% na taxa bruta de pré-escolarização (relação entre o total de frequências e a população de 3-5 anos, numa oferta educativa não obrigatória), uma escolarização praticamente universal entre os 6 e os 14 anos de idade e um valor de 92,7% na escolarização do grupo etário de 15-17 anos;
- (iii) os investimentos realizados nos anteriores períodos de programação, em especial no período 2007-2013, quando incidiram com particular intensidade na educação pré-escolar e no 1º ciclo do ensino básico;
- (iv) a permanência de situações de desadequação e de degradação de equipamentos educativos, em especial no 2º e no 3º ciclos do EB e no ensino secundário;



(v) a articulação e a gestão conjunta entre os diferentes ciclos de educação e ensino, em especial nas áreas de menor densidade demográfica.

Como referido e de acordo com o estabelecido no nº 2 do artigo 54.º do Decreto-Lei n.º 137/2104, de 12 de setembro, o Comité de Acompanhamento do Programa Operacional Regional do Norte 2014/2020 (Norte 2020) aprovou os critérios de seleção das operações previstas na Prioridade de Investimento 10.5 “Investimento no ensino, na formação, na formação profissional para a aquisição de competências e a aprendizagem ao longo da vida através do desenvolvimento das infraestruturas educativas e formativa”, a saber:

- “1. Contributo dos projetos para os indicadores de realização e resultado comuns e específicos do Programa para os quais foi definida uma meta.
2. Requalificação de escolas do 2º e do 3º ciclos do ensino básico e do ensino secundário que se encontram degradadas e/ou cuja requalificação corresponde a soluções de reorganização da rede e permite a diversificação de oferta no ensino secundário e o cumprimento da escolaridade obrigatória.
3. Intervenções seletivas na rede da educação pré-escolar e do 1º CEB, em equipamentos que promovam a racionalização da rede escolar, sem prejuízo de estes níveis de educação e de ensino poderem também beneficiar de intervenções em equipamentos que integram níveis mais adiantados de escolaridade, em especial os dos 2º e 3º CEB.
4. Alinhamento dos projetos com planos de ação e outros instrumentos de política territorial e sectorial, nomeadamente com o exercício de mapeamento, nos termos da Deliberação da Comissão Interministerial de Coordenação do Portugal 2020, de 26 de março de 2015, e os Pactos para o Desenvolvimento e Coesão Territorial.”

6. Objetivos a concretizar

Como referido na introdução deste documento, o trabalho desenvolvido na definição de estratégias e na negociação dos Pactos para o Desenvolvimento e Coesão Territorial, envolvendo a CCDRN, a DGEstE/Ministério da Educação e Ciência e as oito entidades intermunicipais da Região, permitiu a identificação dos investimentos que ainda se afiguram necessários, após a conclusão dos investimentos realizados ao abrigo do QREN. O resultado desse trabalho é apresentado no quadro seguinte.

mm
HU

Quadro 6 – Número de escolas e FEDER por CIM/AMP

CIM/AMP	Nº de escolas	FEDER (%)
Alto Minho	17	11,6
Cávado	31	9,1
Ave	14	13,4
AMP	52	36,6
Alto Tâmega	16	3,7
Tâmega e Sousa	40	6,7
Douro	6	9,8
Terras de Trás-os-Montes	9	9,1
Total	185	100,0

Fonte: CIM/AMP; DGEstE

Estas 185 intervenções contemplam estabelecimentos com educação pré-escolar e 1º ciclo do ensino básico (34,6%), centros escolares (6,5%), escolas básicas com 2º e 3º ciclos (30,8%), escolas com ensino secundário (26,5%) e outras tipologias (1,6%). Estas intervenções asseguram, no mínimo, as metas estabelecidas nos indicadores de realização e de resultado.

Os montantes de investimento envolvidos na concretização das intervenções são compatíveis com a dotação orçamental estabelecida para este efeito na Prioridade de Investimento 10.5 do Programa Operacional Regional do Norte 2014/2020 (Norte 2020). Agora, as estimativas orçamentais, quer do universo das necessidades de intervenção, quer, dentro deste, das que são consideradas prioritárias, não foram – nem podiam ter sido - efetuadas com base em projetos técnicos de execução, contendo, nomeadamente, projetos de arquitetura e respetivas especialidades. Só em sede de apresentação de candidaturas, acompanhadas necessariamente desses projetos técnicos, é que será possível determinar “in fine” o número de intervenções que será possível apoiar no NORTE 2020, respeitando os critérios de seleção definidos pela Comissão de Acompanhamento deste Programa e a plasmar nos procedimentos concursais a abrir, no âmbito desta prioridade de investimento.

NUTS III	Concelho	Designação do estabelecimento	Mapeamento NUTS II (Norte2020/DGEstE, maio 2015)			Pactos Desenvolvimento e Coesão Territorial (setembro 2015)	
			Escola identificada no mapeamento	Nível de ensino	Custo total (M€)	Escola identificada no respetivo Pacto	Custo total (€)
AMP	Santa Maria da Feira	EB 1 C Esc de Fornos (CONSTRUÇÃO DE NOVO CENTRO ESCOLAR)	não			Proposta	100.000 €
AMP	Santa Maria da Feira	ESCOLA BÁSICA E SECUNDÁRIA COELHO E CASTRO	sim	B23S	3	Proposta	2.800.000 €
AMP	Santo Tirso	ESCOLA BÁSICA AVE, VILA DAS AVES	não			Proposta	750.000 €
AMP	Santo Tirso	ESCOLA BÁSICA DE SANTO TIRSO	não			Proposta	750.000 €
AMP	Santo Tirso	ESCOLA BÁSICA DE SÃO MARTINHO, SÃO MARTINHO DO CAMPO	não			Proposta	500.000 €
AMP	Santo Tirso	ESCOLA BÁSICA N.º 1 DE SANTO TIRSO	não			Proposta	400.000 €
AMP	Santo Tirso	ESCOLA BÁSICA DE BOM NOME - VILA DAS AVES	não			Proposta	400.000 €
AMP	São João da Madeira	ESCOLA BÁSICA E SECUNDÁRIA DR. SERAFIM LEITE	sim	B23S	2,5	Proposta	2.500.000 €
AMP	Trofa	ESCOLA BÁSICA PROF. NAPOLEÃO SOUSA MARQUES, SÃO MARTINHO DE BOUGADO	sim	B23	2	Proposta	2.000.000 €
AMP	Vale de Cambra	ESCOLA BÁSICA DE DAIRAS	não			Proposta	2.000.000 €
AMP	Vale de Cambra	ESCOLA BÁSICA DE PRAÇA, MACIEIRA DE CAMBRA	não			Proposta	500.000 €
AMP	Vale de Cambra	ESCOLA BÁSICA DE AREIAS, CASTELÕES	não			Proposta	200.000 €
AMP	Vale de Cambra	ESCOLA BÁSICA DE MACINHATA - CASTELÕES	não			Proposta	300.000 €
AMP	Valongo	ESCOLA SECUNDÁRIA DE VALONGO	não			Proposta	100.000 €
AMP	Valongo	ESCOLA BÁSICA E SECUNDÁRIA DE ERMESINDE	sim	B23S	4	Proposta	3.900.000 €
AMP	Vila do Conde	ESCOLA BÁSICA DR. CARLOS PINTO FERREIRA, JUNQUEIRA	não			Proposta	850.000 €
AMP	Vila do Conde	ESCOLA BÁSICA JÚLIO SAÚL DIAS	não			Proposta	850.000 €
AMP	Vila do Conde	ESCOLA BÁSICA N.º 1 DE VILA DO CONDE	não			Proposta	1.000.000 €
AMP	Vila do Conde	ESCOLA BÁSICA DE QUINTA - FAJOZES	não			Proposta	200.000 €
AMP	Vila Nova de Gaia	ESCOLA BÁSICA DR. COSTA MATOS	sim	B23	1	Proposta	2.000.000 €
AMP	Vila Nova de Gaia	ESCOLA BÁSICA SOPHIA DE MELLO BREYNER, CORVO	sim	B23	1	Proposta	2.000.000 €
AMP	Vila Nova de Gaia	ESCOLA BÁSICA DE VALADARES	sim	B23	1	Proposta	2.000.000 €
Total de 52 operações							60.020.000 €
Ave	Fafe	ESCOLA BÁSICA PROF. CARLOS TEIXEIRA	sim	B23	2	Sim	2.000.000 €
Ave	Fafe	ESCOLA SECUNDÁRIA DE FAFE	sim	B3S e S	4	Sim	4.000.000 €
Ave	Guimarães	ESCOLA BÁSICA DAS TAIPAS, CALDAS DAS TAIPAS	sim	B23	2	Sim	2.500.000 €
Ave	Mondim de Basto	ESCOLA BÁSICA E SECUNDÁRIA DE MONDIM DE BASTO	sim	B23S	2,5	Sim	2.500.000 €
Ave	Póvoa de Lanhoso	ESCOLA BÁSICA GONÇALO SAMPAIO	sim	B23	2,5	Sim	2.500.000 €
Ave	V. N. de Famalicão	ESCOLA BÁSICA DE ESMERIZ	não			Sim	370.494 €
Ave	V. N. de Famalicão	ESCOLA BÁSICA DE REQUIÃO	não			Sim	209.205 €
Ave	V. N. de Famalicão	ESCOLA BÁSICA DE RIBA DE AVE	não			Sim	481.250 €
Ave	V. N. de Famalicão	ESCOLA BÁSICA DE IGREJA, RUIVÃES	não			Sim	173.595 €
Ave	V. N. de Famalicão	ESCOLA BÁSICA CONDE DE SÃO COSME	não			Sim	481.250 €
Ave	V. N. de Famalicão	ESCOLA BÁSICA DE TELHADO	não			Sim	257.331 €
Ave	V. N. de Famalicão	ESCOLA BÁSICA DE RIBEIRÃO	sim	B23	2,5	Sim	526.875 €
Ave	Vieira do Minho	ESCOLA BÁSICA E SECUNDÁRIA VIEIRA DE ARAÚJO	sim	B23S	3	Sim	3.000.000 €
Ave	Vizela	ESCOLA SECUNDÁRIA DE CALDAS DE VIZELA	sim	B3S e S	3	Sim	3.000.000 €
Total de 14 operações							22.000.000 €
Cávado	Amares	ESCOLA BÁSICA DE AMARES	não			Sim	2.380.000 €
Cávado	Amares	ESCOLA SECUNDÁRIA DE AMARES	sim	B3S e S	3	Sim	99.303 €
Cávado	Barcelos	ESCOLA BÁSICA DE ABADE DO NEIVA	não			Sim	125.000 €
Cávado	Barcelos	ESCOLA BÁSICA DE ALDÃO	não			Sim	125.000 €
Cávado	Barcelos	ESCOLA BÁSICA DE CAMBESES	não			Sim	125.000 €
Cávado	Barcelos	ESCOLA BÁSICA DE CARAPEÇOS	não			Sim	125.000 €
Cávado	Barcelos	ESCOLA BÁSICA DE CRISTELO	não			Sim	125.000 €
Cávado	Barcelos	ESCOLA BÁSICA DE GALEGOS, S. MARTINHO	não			Sim	125.000 €
Cávado	Barcelos	ESCOLA BÁSICA DE GALEGOS, SANTA MARIA	não			Sim	125.000 €
Cávado	Barcelos	ESCOLA BÁSICA DE GUERAL	não			Sim	125.000 €
Cávado	Barcelos	ESCOLA BÁSICA DE MACIEIRA DE RATES	não			Sim	125.000 €
Cávado	Barcelos	ESCOLA BÁSICA DE MARTIM	não			Sim	125.000 €
Cávado	Barcelos	ESCOLA BÁSICA DE MILHAZES	não			Sim	125.000 €
Cávado	Barcelos	ESCOLA BÁSICA DE MOURE	não			Sim	125.000 €
Cávado	Barcelos	ESCOLA BÁSICA DE PERELHAL	não			Sim	125.000 €
Cávado	Barcelos	ESCOLA BÁSICA DE POUSA	não			Sim	125.000 €
Cávado	Barcelos	ESCOLA BÁSICA DE REMELHE	não			Sim	125.000 €
Cávado	Barcelos	ESCOLA BÁSICA DE BARRIO, RORIZ	não			Sim	125.000 €
Cávado	Barcelos	ESCOLA BÁSICA DE SILVA	não			Sim	125.000 €
Cávado	Barcelos	ESCOLA BÁSICA DE FRAGOSO	sim	Outros	2	Sim	637.500 €
Cávado	Barcelos	ESCOLA BÁSICA DE VÁRZEA	sim	CE/EB	0,5	Sim	1.510.697 €
Cávado	Braga	ESCOLA BÁSICA N.º 1 DE GUALTAR	não			Sim	650.000 €
Cávado	Braga	ESCOLA BÁSICA DE MERELIM, S. PEDRO	não			Sim	680.000 €
Cávado	Braga	ESCOLA BÁSICA DE SÃO LÁZARO	não			Sim	807.500 €
Cávado	Braga	ESCOLA SECUNDÁRIA DE MAXIMINOS	sim	B3S e S	2,5	Sim	1.220.000 €
Cávado	Esposende	ESCOLA SECUNDÁRIA HENRIQUE MEDINA	sim	B3S e S	4,5	Sim	2.252.500 €
Cávado	Terras de Bouro	ESCOLA BÁSICA DE RIO CALDO	não			Sim	212.500 €
Cávado	Terras de Bouro	ESCOLA BÁSICA DO GERÊS	não			Sim	212.500 €
Cávado	Terras de Bouro	ESCOLA BÁSICA E SECUNDÁRIA DE RIO CALDO	não			Sim	212.500 €
Cávado	Vila Verde	ESCOLA BÁSICA DE PRADO	não			Sim	1.000.000 €
Cávado	Vila Verde	ESCOLA BÁSICA DE VILA VERDE	não			Sim	1.000.000 €

Intervenções em infraestruturas escolares previstas nos PDCT (01 de outubro de 2015)

NUTS III	Concelho	Designação do estabelecimento	Mapeamento NUTS II (Norte2020/DGEstE, maio 2015)			Pactos Desenvolvimento e Coesão Territorial (setembro 2015)	
			Escola identificada no mapeamento	Nível de ensino	Custo total (M€)	Escola identificada no respetivo Pacto	Custo total (€)
Alto Minho	Arcos de Valdevez	ESCOLA BÁSICA DE TÁVORA	não			Proposta	54.788 €
Alto Minho	Arcos de Valdevez	ESCOLA BÁSICA E SECUNDÁRIA DE VALDEVEZ	sim	B23S	3,5	Proposta	3.232.875 €
Alto Minho	Caminha	ESCOLA BÁSICA E SECUNDÁRIA SIDÓNIO PAIS, VILARELHO	sim	B23S	1,5	Proposta	2.917.080 €
Alto Minho	Melgaço	ESCOLA BÁSICA E SECUNDÁRIA DE MELGAÇO	sim	B23S	2	Proposta	1.110.000 €
Alto Minho	Monção	ESCOLA BÁSICA DE VALE DE MOURO	não			Proposta	64.963 €
Alto Minho	Monção	ESCOLA SECUNDÁRIA DE MONÇÃO	não			Proposta	68.093 €
Alto Minho	Paredes de Coura	ESCOLA BÁSICA E SECUNDÁRIA DE PAREDES DE COURA	sim	B23S	2	Proposta	2.081.250 €
Alto Minho	Ponte da Barca	ESCOLA BÁSICA E SECUNDÁRIA DE PONTE DA BARCA	não			Proposta	1.647.425 €
Alto Minho	Ponte de Lima	ESCOLA BÁSICA DA CORRELHÃ	não			Proposta	198.894 €
Alto Minho	Ponte de Lima	ESCOLA BÁSICA DE FREIXO	não			Proposta	178.059 €
Alto Minho	Ponte de Lima	ESCOLA BÁSICA DE ARCOZELO	não			Proposta	107.376 €
Alto Minho	Ponte de Lima	ESCOLA BÁSICA ANTÓNIO FEIJÓ	sim	B23	2	Proposta	400.247 €
Alto Minho	Valença	ESCOLA BÁSICA E SECUNDÁRIA DE MURALHAS DO MINHO	sim	B23S	2	Proposta	2.035.000 €
Alto Minho	Viana do Castelo	ESCOLA BÁSICA DO CARMO	não			Proposta	909.090 €
Alto Minho	Viana do Castelo	ESCOLA BÁSICA E SECUNDÁRIA DE BARROSELAS	sim	B23S	2	Proposta	740.000 €
Alto Minho	Viana do Castelo	ESCOLA BÁSICA FREI BARTOLOMEU DOS MÁRTIRES	sim	B23	3,5	Proposta	3.146.850 €
Alto Minho	Vila Nova de Cerveira	ESCOLA BÁSICA E SECUNDÁRIA DE VILA NOVA DE CERVEIRA	não			Proposta	108.010 €
Total de 17 operações							19.000.000 €
Alto Tâmega	Boticas	ESCOLA BÁSICA DE BOTICAS/CENTRO INTEGRADO		CE/EB	0,4	Sim	247.635 €
Alto Tâmega	Chaves	ESCOLA BÁSICA DE VIDAGO	não			Sim	199.104 €
Alto Tâmega	Chaves	ESCOLA BÁSICA N.º 5 DE CHAVES	não			Sim	530.171 €
Alto Tâmega	Chaves	ESCOLA BÁSICA N.º 3 DE CHAVES	não			Sim	236.463 €
Alto Tâmega	Chaves	ESCOLA BÁSICA VILA VERDE DE RAIA	não			Sim	336.298 €
Alto Tâmega	Chaves	ESCOLA BÁSICA E SECUNDÁRIA FERNÃO DE MAGALHÃES	sim	B23S	1,5	Sim	570.000 €
Alto Tâmega	Montalegre	ESCOLA DO BAIXO BARROSO	não			Sim	172.000 €
Alto Tâmega	Montalegre	JARDIM DE INFÂNCIA EB 1 SALTO	não			Sim	270.000 €
Alto Tâmega	Montalegre	ESCOLA BÁSICA E SECUNDÁRIA DR. BENTO DA CRUZ	sim	B23S	0,8	Sim	1.000.000 €
Alto Tâmega	Ribeira de Pena	ESCOLA BÁSICA DE RIBEIRA DE PENHA	não			Sim	264.750 €
Alto Tâmega	Ribeira de Pena	ESCOLA BÁSICA DE CERVA	não			Sim	193.894 €
Alto Tâmega	Valpaços	ESCOLA BÁSICA JOSÉ DOS ANJOS, CARRAZEDO DE MONTENEGRO	não			Sim	170.000 €
Alto Tâmega	Valpaços	ESCOLA SECUNDÁRIA DE VALPAÇOS	sim	B3S e S	0,8	Sim	920.000 €
Alto Tâmega	Vila Pouca de Aguiar	ESCOLA BÁSICA DE CAMPO, CAMPO DE JALES	não			Sim	380.000 €
Alto Tâmega	Vila Pouca de Aguiar	REQUALIFICAÇÃO DA ESCOLA SEDE DE VILA POUCA DE AGUIAR	não			Sim	430.000 €
Alto Tâmega	Vila Pouca de Aguiar	ESCOLA BÁSICA E SECUNDÁRIA DE VILA POUCA DE AGUIAR - SUL	sim	Outros	1,5	Sim	80.000 €
Total de 16 operações							6.000.315 €
AMP	Arouca	ESCOLA BÁSICA DE AROUCA	não			Proposta	2.500.000 €
AMP	Arouca	ESCOLA BÁSICA DE BOAVISTA	não			Proposta	400.000 €
AMP	Espinho	ESCOLA BÁSICA N.º 3 DE ESPINHO	não			Proposta	800.000 €
AMP	Espinho	ESCOLA BÁSICA SÁ COUTO	não			Proposta	1.000.000 €
AMP	Espinho	ESCOLA BÁSICA N.º 2 DE ESPINHO	não			Proposta	800.000 €
AMP	Espinho	ESCOLA BÁSICA DE ALDEIA NOVA, GUETIM	não			Proposta	400.000 €
AMP	Gondomar	ESCOLA BÁSICA SANTA BÁRBARA, FÂNZERES	não			Proposta	500.000 €
AMP	Gondomar	ESCOLA BÁSICA E SECUNDÁRIA À BEIRA DOURO, MEDAS	não			Proposta	300.000 €
AMP	Gondomar	ESCOLA BÁSICA FREI DE SANTA INÊS, BAGUIM DO MONTE	não			Proposta	180.000 €
AMP	Gondomar	ESCOLA BÁSICA DE S. PEDRO DA COVA	não			Proposta	500.000 €
AMP	Gondomar	ESCOLA BÁSICA INFANTA D. MAFALDA, RIO TINTO	não			Proposta	300.000 €
AMP	Gondomar	ESCOLA BÁSICA MARQUES LEITÃO, VALBOM	não			Proposta	200.000 €
AMP	Gondomar	ESCOLA BÁSICA DE JOVIM E FOZ DO SOUSA	não			Proposta	180.000 €
AMP	Gondomar	ESCOLA BÁSICA CIMO DE VILA, MELRES	não			Proposta	200.000 €
AMP	Gondomar	ESCOLA BÁSICA N.º 2 S. CAETANO	não			Proposta	250.000 €
AMP	Gondomar	ESCOLA BÁSICA DE SOUTO	não			Proposta	160.000 €
AMP	Gondomar	ESCOLA BÁSICA DE OUTEIRO	não			Proposta	150.000 €
AMP	Maia	ESCOLA BÁSICA DE GUEIFÃES	sim	B23	2,5	Proposta	2.500.000 €
AMP	Maia	ESCOLA BÁSICA GONÇALO MENDES DA MAIA	sim	B23	2	Proposta	2.000.000 €
AMP	Maia	ESCOLA BÁSICA E SECUNDÁRIA DR. VIEIRA DE CARVALHO	sim	B23S	2,5	Proposta	2.500.000 €
AMP	Matosinhos	ESCOLA SECUNDÁRIA ABEL SALAZAR - S. MAMEDE	não			Proposta	1.500.000 €
AMP	Matosinhos	ESCOLA SECUNDÁRIA DA BOA NOVA, LEÇA DA PALMEIRA	sim	B3S e S	3	Proposta	1.500.000 €
AMP	Oliveira de Azeméis	ESCOLA BÁSICA E SECUNDÁRIA DR. FERREIRA DA SILVA - CUCUJÃES	não			Proposta	1.500.000 €
AMP	Oliveira de Azeméis	ESCOLA BÁSICA E SECUNDÁRIA DE FAJÕES	não			Proposta	1.500.000 €
AMP	Paredes	ESCOLA BÁSICA E SECUNDÁRIA DE REBORDOSA	não			Proposta	100.000 €
AMP	Paredes	ESCOLA BÁSICA E SECUNDÁRIA DE LORDELO	sim	B23S	2	Proposta	1.900.000 €
AMP	Porto	ESCOLA SECUNDÁRIA ALEXANDRE HERCULANO	sim	B3S e S	6	Proposta	6.000.000 €
AMP	Póvoa de Varzim	ESCOLA BÁSICA AVER-O-MAR	sim	B23	1,5	Proposta	1.500.000 €
AMP	Póvoa de Varzim	ESCOLA BÁSICA DR. FLÁVIO GONÇALVES	sim	B23	2,5	Proposta	2.500.000 €
AMP	Santa Maria da Feira	EB 1 C Esc Feira (REQUALIFICAÇÃO DA ANTIGA EB FERNANDO PESSOA)	não			Proposta	100.000 €

NUTS III	Concelho	Designação do estabelecimento	Mapeamento NUTS II (Norte2020/DGEstE, maio 2015)			Pactos Desenvolvimento e Coesão Territorial (setembro 2015)	
			Escola Identificada no mapeamento	Nível de ensino	Custo total (M€)	Escola Identificada no respetivo Pacto	Custo total (€)
		Total de 31 operações					15.000.000 €
Douro	Carrazeda de Ansiães	ESCOLA BÁSICA E SECUNDÁRIA DE CARRAZEDA DE ANSIÃES	sim	Outros	2	Sim	2.000.000 €
Douro	Lamego	ESCOLA SECUNDÁRIA LATINO COELHO	sim	B3S e S	4	Sim	4.000.000 €
Douro	Moimenta da Beira	ESCOLA BÁSICA E SECUNDÁRIA DE MOIMENTA DA BEIRA	sim	B23S	2	Sim	2.000.000 €
Douro	Murça	ESCOLA BÁSICA E SECUNDÁRIA DE MURÇA	sim	B23S	1,5	Sim	1.500.000 €
Douro	Torre de Moncorvo	ESCOLA BÁSICA E SECUNDÁRIA Dr. RAMIRO SALGADO	sim	B23S	2,5	Sim	2.500.000 €
Douro	Vila Real	ESCOLA SECUNDÁRIA SÃO PEDRO	sim	B3S e S	4	Sim	4.000.000 €
		Total de 6 operações					16.000.000 €
T. de Trás-os-Montes	Alfândega da Fé	ESCOLA BÁSICA E SECUNDÁRIA DE ALFÂNDEGA DA FÉ	sim	B23S	1,5	Sim	1.366.667 €
T. de Trás-os-Montes	Macedo de Cavaleiros	ESCOLA BÁSICA E SECUNDÁRIA DE MACEDO DE CAVALEIROS	sim	Outros	1,8	Sim	1.666.667 €
T. de Trás-os-Montes	Miranda do Douro	ESCOLA BÁSICA E SECUNDÁRIA DE MIRANDA DO DOURO	sim	Outros	1,2	Sim	1.066.667 €
T. de Trás-os-Montes	Mirandela	CENTRO ESCOLAR DE MIRANDELA	sim	CE/EB	2,5	Sim	3.450.000 €
T. de Trás-os-Montes	Mirandela	ESCOLA SECUNDÁRIA DE MIRANDELA	sim	B23S	3,5	Sim	2.387.255 €
T. de Trás-os-Montes	Mogadouro	ESCOLA BÁSICA E SECUNDÁRIA DE MOGADOURO	não			Sim	300.000 €
T. de Trás-os-Montes	Vila Flor	ESCOLA BÁSICA E SECUNDÁRIA DE VILA FLOR	não			Sim	500.000 €
T. de Trás-os-Montes	Vila Flor	ESCOLA BÁSICA N.º 1 DE VILA FLOR	sim	CE/EB	1,5	Sim	1.366.665 €
T. de Trás-os-Montes	Vinhais	ESCOLA BÁSICA E SECUNDÁRIA D. AFONSO III	sim	B23S	3	Sim	2.816.667 €
		Total de 9 operações					14.920.588 €
Tâmega e Sousa	Amarante	JARDIM DE INFÂNCIA DE FIGUEIRÓ	não			Proposta	75.000 €
Tâmega e Sousa	Amarante	JARDIM DE INFÂNCIA DE FELGUEIRAS, NOGUEIRA	não			Proposta	75.000 €
Tâmega e Sousa	Amarante	ESCOLA BÁSICA DE BELA VISTA	não			Proposta	75.000 €
Tâmega e Sousa	Amarante	ESCOLA BÁSICA DE IGREJA, VILA CAIZ	não			Proposta	75.000 €
Tâmega e Sousa	Amarante	ESCOLA BÁSICA DE SANTA COMBA	não			Proposta	100.000 €
Tâmega e Sousa	Amarante	ESCOLA BÁSICA DE TORREIRA	não			Proposta	100.000 €
Tâmega e Sousa	Amarante	ESCOLA BÁSICA DE BARRAÇÃO	não			Proposta	150.000 €
Tâmega e Sousa	Amarante	ESCOLA BÁSICA DE SANTA COMBA	não			Proposta	150.000 €
Tâmega e Sousa	Amarante	ESCOLA BÁSICA DE FIGUEIRÓ	não			Proposta	250.000 €
Tâmega e Sousa	Amarante	ESCOLA BÁSICA DE FELGUEIRAS	não			Proposta	250.000 €
Tâmega e Sousa	Amarante	ESCOLA BÁSICA DE AMARANTE	não			Proposta	500.000 €
Tâmega e Sousa	Baião	EB 2,3 DE SANTA MARINHA DO ZÊZERE	não			Proposta	75.000 €
Tâmega e Sousa	Baião	ESCOLA BÁSICA DE EIRIZ	não			Proposta	75.000 €
Tâmega e Sousa	Castelo de Paiva	ESCOLA BÁSICA DE OLIVEIRA DE ARDA	não			Proposta	75.000 €
Tâmega e Sousa	Castelo de Paiva	ESCOLA BÁSICA DE CASTELO DE PAIVA	sim	B23	1	Proposta	1.000.000 €
Tâmega e Sousa	Celorico de Basto	JARDIM DE INFÂNCIA DO REGO	não			Proposta	50.000 €
Tâmega e Sousa	Celorico de Basto	ESCOLA BÁSICA N.º 1 DA MOTA	não			Proposta	50.000 €
Tâmega e Sousa	Celorico de Basto	ESCOLA BÁSICA N.º 1 DE GANDARELA	não			Proposta	150.000 €
Tâmega e Sousa	Celorico de Basto	ESCOLA BÁSICA E SECUNDÁRIA DE CELORICO DE BASTO	sim	B23S	2,5	Proposta	1.500.000 €
Tâmega e Sousa	Felgueiras	ESCOLA BÁSICA DE OUTEIRO, LONGRA	não			Proposta	50.000 €
Tâmega e Sousa	Felgueiras	ESCOLA BÁSICA DE ESTRADA, VARZIELA	não			Proposta	50.000 €
Tâmega e Sousa	Felgueiras	ESCOLA BÁSICA E SECUNDÁRIA DE IDÃES	não			Proposta	75.000 €
Tâmega e Sousa	Felgueiras	ESCOLA BÁSICA D. MANUEL DE FARIA E SOUSA, MARGARIDE	sim	B23	2	Proposta	1.500.000 €
Tâmega e Sousa	Lousada	ESCOLA BÁSICA DE LOUSADA ESTE	não			Proposta	75.000 €
Tâmega e Sousa	Lousada	ESCOLA BÁSICA E SECUNDÁRIA LOUSADA OESTE	não			Proposta	75.000 €
Tâmega e Sousa	Lousada	ESCOLA BÁSICA E SECUNDÁRIA DE LOUSADA NORTE	não			Proposta	75.000 €
Tâmega e Sousa	Lousada	ESCOLA BÁSICA DE BOAVISTA, SILVARES	não			Proposta	100.000 €
Tâmega e Sousa	Lousada	ESCOLA BÁSICA DE LOUSADA CENTRO	sim	B23	2	Proposta	1.000.000 €
Tâmega e Sousa	Marco de Canaveses	ESCOLA BÁSICA DO MARCO DE CANAVESSES	não			Proposta	500.000 €
Tâmega e Sousa	Marco de Canaveses	ESCOLA BÁSICA DE VALE DO CÔVO	não			Proposta	50.000 €
Tâmega e Sousa	Marco de Canaveses	ESCOLA BÁSICA DE FEIRA NOVA	não			Proposta	50.000 €
Tâmega e Sousa	Marco de Canaveses	ESCOLA BÁSICA VILA NOVA, VILA BOA DE QUIRES	não			Proposta	50.000 €
Tâmega e Sousa	Marco de Canaveses	ESCOLA BÁSICA DE ESPERANÇA	não			Proposta	75.000 €
Tâmega e Sousa	Marco de Canaveses	ESCOLA BÁSICA DE CRUZEIRO	não			Proposta	75.000 €
Tâmega e Sousa	Marco de Canaveses	ESCOLA BÁSICA DE EIRÓ	não			Proposta	200.000 €
Tâmega e Sousa	Paços de Ferreira	EB DR. MANUEL PINTO VASCONCELOS	não			Proposta	500.000 €
Tâmega e Sousa	Penafiel	ESCOLA BÁSICA DE CRUZEIRO	não			Proposta	75.000 €
Tâmega e Sousa	Penafiel	ESCOLA BÁSICA DE IGREJA, CRUZEIRO	não			Proposta	75.000 €
Tâmega e Sousa	Penafiel	EB DE CROCA	não			Proposta	75.000 €
Tâmega e Sousa	Penafiel	ESCOLA BÁSICA D. ANTÓNIO FERREIRA GOMES, MILHUNDOS	sim	B23	2,5	Proposta	1.500.000 €
		Total de 40 operações					11.000.000 €
TOTAL DE 185 OPERAÇÕES							163.940.902 €

Infraestruturas previstas no mapeamento de maio de 2015.

